

O SECRETÍSSIMO PLANO DE COMÉRCIO E DE SEGURANÇA O CONTRABANDO NA FRONTEIRA OESTE DA AMÉRICA PORTUGUESA E AS ANTIGAS MISSÕES JESUÍTICAS DE MOJOS E CHIQUITOS, VICE REINADO DO PERU/VICE REINADO DO PRATA – 1770-1777

Otávio Ribeiro Chaves¹

Resumo:

A Monarquia portuguesa através do gabinete do Marques de Pombal organizou em 1770 um Secretíssimo Plano de Comércio e de Segurança, visando, dentre vários pontos, promover o contrabando entre as capitânicas fronteiriças do Grão Pará, São José do Rio Negro e de Mato Grosso com os domínios espanhóis na América do Sul. Com o avanço da pesquisa foi possível investigar que a realização do contrabando com os domínios espanhóis de Orinoco, Quito e Peru, era parte importante de ações geopolíticas voltadas para essas regiões fronteiriças. A Monarquia lusa buscou também garantir a defesa político-territorial e estimular o comércio regular entre o Estado do Grão-Pará e Maranhão e a capitania geral de Mato Grosso e Cuiabá. Trataremos neste artigo sobre a organização e execução desse ardiloso plano que envolveu agentes residentes em Portugal e na América do Sul no período de 1770-1777. A companhia de comércio do Grão-Pará e Maranhão foi imprescindível para que esse plano fosse levado adiante, inclusive, para que houvesse o contrabando num espaço compreendido pela capitania de Mato Grosso e as antigas missões jesuíticas de Mojos e Chiquitos no período de 1770-1777.

Palavras-chave: Espaço-Fronteiras-Contrabando-Impérios

Resumen:

La monarquía portuguesa a través de la oficina de Marques Pombal organizada en 1770, un plan muy secreta de Comercio y de Seguridad, con el objetivo, entre varios puntos, promover el contrabando entre capitánias fronterizas de Grão Pará, Sao José do Rio Negro y Mato Grosso con dominios españoles en América del Sur. Con el avance de la investigación, fue posible investigar la realización de contrabando con los dominios españoles de Orinoco, Quito y Perú, que era una parte importante de las acciones geopolíticas para estas regiones fronterizas. La monarquía portuguesa también trató de asegurar la defensa política y territorial y estimular el comercio regular entre el Estado del Gran Pará y Maranhao y la capitania general de Mato Grosso y Cuiabá. Vamos a abordar en este artículo la organización y ejecución de este plan astuto que implican agentes residentes en Portugal y América del Sur en el período 1770-1777. La empresa comercial de la Gran-Pará y Maranhao fue esencial para este plan seguir adelante, por lo que hubo el contrabando en una zona comprendida por la capitania de Mato Grosso y las antiguas misiones jesuíticas de Mojos y Chiquitos en el período de 1770 a 1777.

Palabras clave: Espacio-FRONTERAS- contrabando a Imperios

¹ Professor Adjunto da Faculdade de Ciências Humanas. Membro do Grupo de Pesquisa: Fronteira Oeste: Poder, Economia e Sociedade UNEMAT/CNPq. Docente do Mestrado Profissional em História/Universidade do Estado de Mato Grosso – Câmpus de Cáceres – MT. Email: otavioribeirochaves@gmail.com

Neste artigo apresentamos o resultado (parcial) do Estágio de Pós-Doutorado do Programa em História da Universidade de São Paulo – USP/Laboratório de Cartografia Jaime Cortesão, sob a supervisão da Dra. Iris Kantor – Departamento de História/Programa de Pós-Graduação em História/USP. CNPq/Projeto O Contrabando Secreto. (Coordenador).

Introdução

A execução de um Secretíssimo Plano de Comércio e de Segurança aprovado por D. José I, monarca de Portugal, em 1770, tinha como objetivos garantir a defesa político-territorial e estimular o comércio regular entre o Estado do Grão-Pará e Maranhão com a capitania geral de Mato Grosso e Cuiabá. Como parte desse plano, foi organizado o contrabando *secreto* com as antigas missões jesuíticas de Mojos e Chiquitos no período de 1770-1777, financiado com recursos da companhia de comércio do Grão-Pará e Maranhão. Até o ano de 1774 denominava-se Estado do Grão-Pará e Maranhão, com a reorganização administrativa empreendida durante o reinado josefino, a partir desta data as capitanias que até então existiam foram organizadas em capitanias-gerais: Pará e Maranhão; como capitanias subordinadas: São José do Rio Negro e Piauí, que passaram a pertencer ao Estado do Brasil. As antigas missões jesuíticas de Mojos e Chiquitos faziam parte do Vice-Reinado do Peru (1551), que, mais tarde, foi transformado pela Monarquia Espanhola em Vice-Reinado do Prata (1776). Segundo Gálvez (2008, p. 22),

El Virreinato del Perú se crea efetivamente em 1551 siendo, hasta el siglo XVIII, el único existente en Sudamérica. Los virreys eran los máximos representantes del rey de España en sus territorios coloniales, estando por tanto dotados de plena autoridad política y militar, además de ejercer el Vicepatronato en su jurisdicción y la vigilancia de la administración de la justicia.

Podemos antecipar que o planejamento e a execução desse plano teve início em 1º de setembro de 1772, quando houve uma reunião reservada à Rua Formosa, em Lisboa, juntamente com os Secretários de Estado Martinho de Melo e Castro e José de Seabra da Silva, e mais quatro deputados da companhia de comércio do Grão-Pará e Maranhão, convocada por Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, que, naquele período, ocupava o cargo de Secretário de Estado dos Negócios do Reino (SANTOS, 2003, p. 83).

Na reunião com o Marques de Pombal esteve também presente o ex-governador da capitania do Piauí, João Pereira Caldas (1759-1769). Quando esteve no governo dessa capitania, trabalhou nas expedições demarcatórias de limites, junto com o governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado (1751-1759). No período em que governou a capitania do Piauí, João Pereira Caldas acreditava que os problemas naquela porção do império eram decorrentes, em sua maioria “*da ação nefasta de alguns ouvidores e de padres da Companhia de Jesus*” (SANTOS, 2010, p. 503). Em 1772, João Pereira Caldas foi nomeado pela Monarquia Portuguesa como governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão, quando recebeu do Marquês de Pombal cópias das Instruções elaboradas a partir do Secretíssimo Plano de Comércio e Segurança. Nelas havia informações consideradas secretas, que foram entregues a este governador “*debaixo do mais inviolável segredo, e da mais apertada proibição*

de passar da vossa Pessoa a qualquer outra de qualquer qualidade, e condição que seja". No entanto, como homem de confiança do gabinete pombalino, coube a ele também repassar cópias das Instruções para os governadores das capitanias de Mato Grosso e a de São José do Rio Negro: Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres (1772-1789) e Joaquim Tinoco Valente (1763-1779).

As ações das Monarquias ibéricas desde a assinatura do Tratado de Madri (1750) se direcionaram para o reconhecimento, mapeamento e a demarcação dos seus respectivos domínios coloniais na América do Sul. A expulsão dos padres jesuítas do território da América Portuguesa (1759) (BASTOS, 1974; FRANZEN, 2003; FERREIRA NETO, 2005; KERN, 1982) e da América Espanhola (1767) (CHARUPÁ, 2002; BLOCK, 1997; SUÁREZ, s/d.) não foram acontecimentos isolados, mas, se constituíram em ações conjuntas no sentido de aniquilar o poder dos jesuítas na América do Sul. David Anthony Brading (1999, p. 395) esclarece que para as Monarquias ibéricas, nesse período, *"as ordens religiosas eram consideradas mais um ônus para a sociedade que uma fortaleza espiritual. Por trás de toda essa visão podia-se encontrar a influência da França, uma mistura seiscentista incomoda de jansenismo e galicanismo"*. Referente às reformas empreendidas pela Monarquia Portuguesa, desde o início do reinado de D. José I (1750-1777), o estudo realizado por Iris Kantor demonstra a abrangência dessas medidas, que foram comandadas pelo gabinete do Marquês de Pombal, visando, principalmente, garantir a integração política e econômica do importante domínio colonial na América do Sul.

O Tratado de Madri, a expulsão dos jesuítas (1759) e a transferência da capital do Estado do Brasil de Salvador para o Rio de Janeiro (1763) desencadearam um movimento de re-ordenamento da administração territorial na América portuguesa [...] Concomitante ao processo de fixação das fronteiras externas (inter-imperiais), as novas diretrizes da administração pombalina promoveram a erosão dos patrimônios e dos privilégios das ordens religiosas, atingindo, especialmente, a Companhia de Jesus, mas não exclusivamente (KANTOR, 2009, p. 39-61).

Quando houve a transferência, em 1763, da capital do Estado do Brasil de Salvador para o Rio de Janeiro, devido a essa mudança, a Monarquia Espanhola, preocupada com o avanço português em direção às terras baixas do atual território boliviano, criou o Vice-Reinado do Prata e procurou garantir a governança dos antigos territórios missionários de Mojos e Chiquitos nomeando governadores e enviando forças militares, como veremos mais adiante.

Podemos destacar nesse plano: a) Construção de sete feitorias entre o Estado do Grão-Pará e Maranhão até a capitania Mato Grosso, com o seguinte itinerário: Belém do Grão-Pará - Vila de Barcelos - Vila Nova de São José de Javari, até a Vila de Borba, esta considerada como a primeira povoação erguida às margens do Rio Madeira, seguindo via o Rio Guaporé, até a Vila Bela da Santíssima Trindade; b) Introdução de mercadorias nos domínios espanhóis de Orinoco, Quito e do Peru, com o propósito de adquirir a prata espanhola de Potosí; c) Tabelamento e controle dos preços de mercadorias oriundas, prin-

cipalmente, das praças do Rio de Janeiro e da Bahia; d) Introdução de escravos africanos no Estado do Grão-Pará e Maranhão e na capitania de Mato Grosso; e) Criação de um aparato de defesa (fortificações e destacamentos militares) nessas regiões do império; f) Criação de feitorias (armazéns) para dar suporte ao comércio regular e de contrabando com os domínios espanhóis.

As despesas referentes à execução desse plano deveriam ficar por conta da companhia de comércio do Grão-Pará e Maranhão, criada pela Monarquia Portuguesa em 6 de Junho de 1755. No seu Estatuto consta que para participar dessa companhia, era preciso que as pessoas interessadas investissem “[...] *dez mil cruzados, e daí para cima, usarão em quanto ela durar o privilégio de homenagem na sua própria casa naqueles casos em que ela se costuma conceder. E os Oficiais atuais dela serão isentos dos Alardos, e Companhias de pé, e de cavalo, levas, e mostras gerais, pela ocupação que hão de ter*”.

A Monarquia Portuguesa, com a criação dessa empresa comercial, buscava permitir com que as mercadorias oriundas de diferentes partes do império, pudessem ser franqueadas até esses extremos dos seus domínios sul-americanos. Prevvia-se assim o alargamento dos seus negócios; e, ao mesmo tempo, a presença mais efetiva dos poderes metropolitanos nessas regiões, onde havia baixo número de habitantes e insuficiente aparato defensivo para dar combate às forças estrangeiras que ameaçavam invadir os domínios americanos de Portugal. O estudo feito por Renata Araújo sobre a formação político-territorial da capitania de Mato Grosso aponta para os esforços do reinado de D. José I no sentido de aparelhar a fronteira oeste com destacamentos militares, fortificações e a criação de núcleos urbanos.

Embora tenha sido alcançado a partir dos caminhos internos, o espaço do Mato Grosso construiu-se, mentalmente, de fora para dentro, a partir da fronteira. É ela quem o define. É ela quem o informa. O Mato Grosso não foi verdadeiramente conquistado, ou descoberto, foi desenhado. E não só se desenhou ao mesmo tempo que a fronteira mas desenhou-se, em si, como fronteira. Não se trata de um mero jogo de palavras. O que queremos dizer é que aquela região só passou a existir para Portugal no momento em que Portugal pensou a fronteira, ou foi obrigado a pensar a fronteira de maneira diferente da que até então vigorava (ARAÚJO, 2010, p. 02).

Nesse sentido, o Secretíssimo Plano de Comércio e Segurança pode ser considerado como um instrumento político criado pela Monarquia Portuguesa para que houvesse, de fato, o controle desse espaço fronteiriço com os domínios espanhóis. Como vimos, essa companhia de comércio tinha sido formada com recursos de investidores que eram grandes negociantes em Portugal e que teve também a participação de acionistas do Pará, Maranhão e Bahia, desde “*padres, capitães, sargentos, coronéis, condes, abadessas, intendentes, administradores, confrarias, colégios, irmandades. Observa-se um número razoável de mulheres acionistas, dentre as quais a Marquesa de Pombal e a Rainha*” (RODRIGUES, 2006, p. 04). João Pereira Caldas era também um dos investidores nesta companhia, como esclarece Fabiano Vilaça dos Santos: “*Um dos sinais dessa adesão foi a aquisição de cotas – Pereira Caldas uma e Gonçalo Pereira duas – da Companhia Geral de Comércio do Grão*

-Pará e Maranhão, fundada em 1755” (SANTOS, 2007, p. 502-503). Como foi apontado, cada cota equivalia a 100 mil cruzados (BETHEL, 2004, p. 13). Gonçalo Pereira era pai de João Pereira Caldas, sendo que o interesse desses dois reinóis mesclava-se além do político, havia a possibilidade de auferir lucros com as atividades comerciais que seriam desenvolvidas no Estado do Grão-Pará e Maranhão com os demais territórios do império português. As nomeações de João Pereira Caldas, na condição de governador desse vastíssimo Estado, e a de D. Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, como governador da capitania de Mato Grosso, foram ações estratégicas adotadas pela Monarquia Portuguesa, visando garantir a governabilidade dessas regiões, como também à execução do citado plano.

Os conflitos da década 1760 e o Secretíssimo Plano

A decisão de D. José I em aprovar o Secretíssimo Plano de Comércio e Segurança, pode-se dizer que teve como base os acontecimentos ocorridos na década de 1760, impulsionados pelos projetos expansionistas das mais poderosas nações da época, a Inglaterra e a França (CHAVES, 2014). As nações ibéricas, diante de um quadro político bastante instável, também procuraram se posicionar e garantir com que os seus territórios coloniais sul-americanos fossem preservados. Mais tarde, com a eclosão da guerra de independência da América do Norte (1776), de certa forma, este evento acabou sinalizando para as antigas nações europeias do Antigo Regime sobre o perigo eminente de suas colônias americanas seguirem um mesmo caminho (ARMITAGE, 2012, p. 1-2). Adilson Brito aponta que as Monarquias ibéricas na década de 1770, preocupadas com o cenário político europeu nada amistoso voltaram-se para dois pontos do continente sul-americano:

Os espanhóis concentraram esforços para desalojar os portugueses na região do Prata, enquanto que os portugueses se aproveitaram da pouca presença administrativa e militar espanhola no rio Amazonas para fomentar uma expansão ao mesmo tempo territorial e econômica sobre as missões hispano-americanas das províncias de Maynas e Guayana. Entre um e outro extremo territorial do continente, as políticas imperiais ibéricas procuraram planejar a manutenção de suas soberanias a partir de influxos mais gerais do posicionamento das duas monarquias na difícil conjuntura da guerra de independência da América do Norte, que passou a pressionar a Península Ibérica a aderir ao novo sistema de alinhamento político capitaneado pelas Cortes de Londres e Versalhes em caráter mundial (BRITO, 2015, p. 16).

Nas Instruções de 1772, existem referências ao contrabando com as antigas missões jesuíticas espanholas estabelecidas em Orinoco, Quito e Peru. Tratava-se, contudo, das antigas missões hispano-americanas estabelecidas nas Províncias de Maynas, Guayana, Mojos e Chiquitos. A Província de La Guayana pertencia à capitania geral da Venezuela, enquanto a Província de Maynas, desde fins do século XVI até o início do século XIX, pertencia a Audiência de Quito (BASTOS, 2014, p. 123). Os antigos territórios missioneiros espanhóis de Mojos e Chiquitos tinham a seguinte organização: administração civil e administração eclesiástica. As antigas missões jesuíticas de Chiquitos estavam diretamente

subordinadas a Audiência de Charcas, instalada em 1561, na cidade de La Plata (GÁLVEZ, 2008, p. 22). O território que compreendia as antigas missões de Mojos ou Moxos tratava-se de “*una región sin fronteras determinadas, que abarcaba, en un principio, extensísimos territorios habitados por un variado conjunto de naciones de índios*” (SUÁREZ, s/d. p. 18-19). Com a criação da Audiência de Charcas foram fixados os limites entre “*Moxos y Chunchos*”, formando um único território, ficando estas povoações missioneiras sob essa jurisdição. Referente à administração eclesiástica “*as missões de Moxos dependeram da Província Jesuítica do Paraguai, e a de Chiquitos, da Província Jesuítica do Peru, isso até 1776, quando então passaram a depender do Vice-Reino do Rio da Prata*” (ANZAI, 2008, p. 253). Essas estruturas politico-administrativas sofreram mudanças na década de 1770, após a expulsão dos padres jesuítas da América espanhola (1767), como veremos mais adiante.

Quando foram deflagradas na década de 1760 guerras entre as principais nações da Europa, a Inglaterra e a França, as Monarquias ibéricas não ficavam isentas desses conflitos. Os confrontos militares luso-espanhóis tinham raízes históricas de longa data, podendo ser analisados desde a guerra de restauração (1642), quando Portugal rompeu com a Espanha, o que acabou provocando um confronto político e militar que durou mais de trinta anos. Juan Marchena Fernández estudou sobre a política internacional nos séculos XVI ao XVIII direcionada pela Monarquia Espanhola, onde deu destaque às guerras luso-espanholas ocorridas tanto na península ibérica e na América do Sul. Sendo categórico ao afirmar:

No debe olvidarse que se trataba de dos enormes imperios coloniales en continua expansión, con una dilatada frontera común en las dos orillas del océano, y cuyos intereses tenían forzosamente que entrar en colisión en casi todos los ámbitos, desde el político comercial al dinástico, en lo institucional y lo estratégico, o en lo tocante a la preservación de los respectivos patrimonios reales (...) Además, también en 1761, se firmaba entre Carlos III y su pariente el rey francés, el Tercer Pacto de Familia, en el contexto de la nueva guerra -luego llamada de los Siete Años- en la que se hallaban comprometidas desde 1756 casi todas las potencias europeas, especialmente Francia e Inglaterra (FERNÁNDEZ, 2015, p. 15).

Esperava-se que o Tratado de Madri, acordado pelas Monarquias ibéricas em 1750, pudesse trazer maior estabilidade política e segurança, principalmente, para os domínios coloniais americanos. No entanto, poderosos grupos políticos que atuavam tanto na Espanha como em Portugal não ficaram contentes com o acordo. A Colônia do Sacramento, pivô de intensas disputas entre as duas Monarquias, continuava nas mãos dos portugueses. “*Em setembro de 1760 o embaixador espanhol disse ao governo português que a incapacidade de Lisboa de renunciar a Colônia do Sacramento obrigava Carlos III a rescindir o tratado. Lisboa não objetou*” (MAXWELL, 1997, p. 55). Com a assinatura do Tratado de El Pardo, em 1761, novamente, Portugal e a Espanha entraram em confronto pela retomada de suas antigas possessões na América do Sul.

Na América Portuguesa, os confrontos bélicos ocorreram em diferentes pontos: no Rio Grande, forças militares comandadas por Rafael Pinto Bandeira enfrentaram os espanhóis que tinham tomado vilas coloniais naquela capitania. Desde a tomada da Colônia do Sacramento, em 1762, vilas como a do Rio Grande, capital do governo do Rio Grande e São Pedro, também tinham sido ocupadas pelos espanhóis (GIL, 2007, p. 44-57). Alianças foram, novamente, tecidas entre Portugal e a Inglaterra, visando à retomada de Sacramento: “*Luego del sitio a Colonia del Sacramento de 1762 y del combate contra la escuadra combinada anglo portuguesa, la plaza fuerte, por el Tratado de Paris vuelve al poder de los portugueses*” (BUSCHIAZZO, 2015, p. 184). Somente em 1776 é que a Espanha conseguiu reaver Sacramento, período em que tropas comandadas pelo Tenente General Pedro Cevallos atacaram os portugueses, impondo-lhes a derrota no mês de Agosto de 1776. Com a assinatura do Tratado de Santo Ildefonso em 1777, as Monarquias ibéricas davam fim ao conflito, procurando a partir de então, definir as fronteiras entre seus respectivos domínios coloniais na América do Sul (BRADING, 1999, p. 403). Importante destacar que na capitania de Mato Grosso houve também ofensivas por parte dos espanhóis durante os governos de Antonio Rolim de Moura (1751-1765) e João Pedro da Câmara (1766-1769).

Em novembro de 1762 chega para a Audiência de la Plata um comunicado da corte espanhola dizendo que o rei havia declarado guerra a Portugal e seus vassallos. Aproveitando deste ensejo, o novo Virrey, Manuel Amat y Juniet, comunicou e entregou em 28 de novembro 1762, o comando para realizar a expulsão dos portugueses da antiga missão jesuítica de Santa Rosa “a Velha” e demais territórios do rei de Espanha, ao então presidente da Audiência de la Plata, a Juan de Pestaña, enquanto que o governador Alonso Verdugo seguiria as tropas apenas como um simples oficial (CASTILHO PEREIRA, 2008, p. 15).

Devido a esse episódio, orientado pelo gabinete pombalino, o governador da capitania de Mato Grosso, João Pedro da Câmara (1765-1769) deu início à transformação do fortim de Nossa Senhora da Conceição em uma fortaleza (1766), onde se situava a antiga povoação jesuíta espanhola de Santa Rosa, à margem direita do rio Guaporé. Este ponto fortificado sempre foi motivo de reclamações por parte das autoridades espanholas que queixavam para a Monarquia Portuguesa sobre o desrespeito ao Tratado de Madri, pois estes sempre alegavam que não havia menção naquele acordo sobre a construção de fortificações às margens dos rios Guaporé e Paraguai. Os espanhóis, não diferentemente dos portugueses, também procuraram levantar fortificações próximas ao Rio Guaporé, fronteira com os domínios portugueses (Figura 03). Na capitania de Mato Grosso, a fortificação portuguesa de Nossa Senhora da Conceição passou a ser estratégica, não somente para a defesa político-territorial, mas, para o apoio às atividades desenvolvidas pela companhia de comércio do Grão-Pará e Maranhão, inclusive, a de contrabando (CHAVES, 2012).

O Secretíssimo Plano de Comércio e de Segurança começou a ser colocado em prática somente após a expulsão dos padres jesuítas da América espanhola, em 1767. Após a saída dos jesuítas, este monarca procurou assegurar o controle político-administrativo das antigas missões de Mojos e Chiquitos. Com base no *Reglamento de Obispo de la Dióce-*

ses de Santa Cruz de la Sierra, redigido pelo Bispo Francisco Ramóm de Herboso, os curas passaram a administrar as antigas missões em 1769. No entanto, o regulamento somente foi sancionado através de Real Cédula em 15 de setembro de 1772, atingindo diretamente essas antigas missões jesuíticas missioneiras, que passaram, a partir deste período a ter um regime dependente da governação de Santa Cruz de la Sierra.

Solicitó el Obispo ayuda al Presidente de la Audiencia de La Plata para llegar a la cifra mínima de 54 clérigos seculares (situando dos curas por Pueblo), que fueron finalmente reclutados de Santa Cruz y de lugares como La Plata y Tarata. No llegando aún al número necesario, se recurrió a regulares de los conventos de Potosí (dominicanos, franciscanos, agustinos y mercedários) para destinarlos a Mojos y Chiquitos em calidad de interinos (GÁLVEZ, 2008, p. 42-44).

Com efeito, desta medida, a partir de 1772, a Monarquia Espanhola conseguiu levar adiante a implantação do novo aparato político-administrativo: “*um Governador residiria em las reducciones, pero quedaría sujeito a la autoridade del Gobernador de Santa Cruz de la Sierra*” (GÁLVEZ, 2008, p. 42-44). O governador espanhol nomeado pela Monarquia Espanhola para proteger a fronteira do Guaporé foi Antonio Aymerich y Vilajuana. Além da nomeação deste comandante foi também instituído em Mojo “*El segundo cargo fijo europeo permanente de la época postjesuitica fue el de cura doctrinero, que en realidad era un funcionario*” (BLOCK, 1997, p. 182-183). Segundo David A. Brading, como parte das reformas espanholas, em 1776 foi criado o Vice-Reinado do Prata, ficando a cidade de Buenos Aires na condição de capital responsável por uma extensão região que era composta pelos atuais territórios da Argentina, Uruguai, Paraguai e Bolívia: “*A inclusão do Alto Peru no novo vice-reino, com o propósito de fornecer a Buenos Aires os lucros fiscais de Potosí, preparou o caminho para a divisão política permanente da zona andina*” (BRADING, 1999, p. 405). Com a expulsão dos padres jesuítas surgiram denúncias contra a atuação dos curas, pois desde que assumiram o comando das antigas missões de Mojos e Chiquitos foram acusados pelos caciques indígenas de corrupção, os quais alegavam que além de desviarem os produtos produzidos, também os vendiam aos comerciantes de Santa Cruz de la Sierra e faziam o contrabando com os portugueses estabelecidos na capitania de Mato Grosso (CARVALHO, 2011, p. 595). José Chávez Suárez ressalta que devido a morte de Aymerich, as antigas missões jesuíticas de Mojos ficaram “*si una cabeza central que administrara a Moxos quedaran los pueblos [...] bajo ao mando discrecional de los curas, cuya voluntad no siempre fue atinada y convincente [...] que les imponían trabajos forzados paa obtener el mayor provecho...*” (SUÁREZ, s/d., p. 279). Conflitos esses que eram vistos pela Monarquia Espanhola como bastante preocupação, pois era preciso ter as antigas missões gerando riquezas e servindo de apoio as atividades militares na região, pois havia o receio de um possível confronto com os portugueses da capitania de Mato Grosso.

O mapa de Juan Cruz Cano Y Olmedilla, de 1775 (Figura 01), foi elaborado durante o governo espanhol de Carlos III. Permite-nos uma visão das povoações portuguesas e espanholas, como também de aspectos geográficos que compunham esse espaço: o da ca-

pitania de Mato Grosso e as antigas missões jesuítas de Mojos e Chiquitos. O Rio Guaporé (linha em tom amarelado), conhecido pelos espanhóis como Rio Ytenes aparece como um divisor entre os domínios portugueses e espanhóis nesta parte da América do Sul. Durante as negociações do Tratado de Madri (1750), este rio tornou-se uma das principais referências durante a tentativa de demarcação das fronteiras luso-espanholas na América do Sul. O Rio Jauru, um dos afluentes do Rio Paraguai foi um dos caminhos fluviais utilizados pelos contrabandistas espanhóis e indígenas das missões de Mojos e Chiquitos para chegarem até a capitania de Mato Grosso. Na margem direita do Rio Jauru foi colocado em 1754, um artefato de pedra (COSTA, 1999), resultante dos trabalhos executados pela 3ª partida demarcatória, que foi denominado como Marco de Jauru (Figura 02).



Figura 1: CRUZ CANO Y OLMEDILLA, Juan de la. Mapa geografico de America Meridional. [S.l.]: [J. de la Cruz Cano y Olmedilla], 1775 [i.e. 1777]. Disponível na Internet: <http://bndigital.bn.br/exposicoes/historica-cartographica-brasilis-in-biblioteca-nacional/?sub=brasil-seculo-xviii>



Figura 2: Extension y situacion de los gobiernos de Sta. Cruz de la Sierra, Matogrosso, Cuyaba, y pueblos de los indios llamados los Chiquitos. Disponível na Internet: <https://www.wdl.org/en/item/1143/>

Roberto Tomichá Charupá (2012), em estudo recente, aponta como se deu a organização das populações indígenas, como também demonstra a diversidade de línguas que existiam nas antigas missões jesuíticas de Chiquitos. O autor apresenta dados importantes sobre a formação destas reduções no período de 1691-1767. O *Catálogo general de toda la gente ...*² analisado pelo autor, feito sob os auspícios da Monarquia Espanhola, demonstrando a existência de 19.981 habitantes que viviam em Chiquitos. Se compararmos com o *Mapa Geral do Estado da Povoação dos Distritos de Vila Bela, e Cuyaba na Capitania de Mato Grosso no fim do ano de 1768*,³ percebe-se somente 12.877 habitantes distribuídos da seguinte forma: no Distrito de Mato Grosso havia 436 fogos, formado por 522 homens e 334 mulheres (casados). Havia, ainda, 2.341 homens e 622 mulheres (solteiros). No Distrito de Cuiabá, chegavam a 852 homens e 966 mulheres (casados) e 3.722 homens e 1.527 mulheres (solteiros). Podemos também comparar esses dados com o *Catálogo das Missões de Chiquitos e de Mojos (População)*.⁴ Não se trata do mesmo catálogo pesquisado por Chapurá, percebe-se, no entanto, certa diferença no total de habitantes que vivia em Mojos. Nesse sentido, podemos contabilizar a população que vivia nas antigas missões de Chiquitos apresentado por este autor que era de 19.981, com a de Mojos, que chegava a 20.303, totalizando, desta forma, 40.284 habitantes, que era numericamente superior à população existente na capitania de Mato Grosso.

Se os espanhóis tinham o receio de uma invasão de seus domínios, na leitura das autoridades portuguesas que se encontravam na capitania de Mato Grosso, havia, de fato, o risco de uma invasão de tropas espanholas com o apoio de indígenas dessas antigas missões armados com arcos e flechas, o que poderia comprometer todo o empenho da Monarquia Portuguesa em promover a integração político-territorial e econômica com o Estado do Grão-Pará e Maranhão (MEIRELES, 1997).

Nesse sentido, guarnecer a fronteira oeste da América Portuguesa com fortificações e destacamentos militares, erguidos às margens dos rios Guaporé e Paraguai significava ter o controle da navegação fluvial, a manutenção do comércio entre essas duas regiões, como também, o assentamento de populações em pontos estratégicos dessa dilatada e porosa fronteira. Manuel Dias Nunes é enfático ao afirmar sobre a inequívoca atuação dessa companhia:

Além de manter a segurança das ligações com os diversos pontos do império no Atlântico afro-brasileiro, tolhendo os concorrentes mais perigosos à supremacia portuguesa nas ilhas de Cabo Verde, na Guiné, em Angola, no Pará e Maranhão, a gigantesca sociedade comercial subsidiou a Coroa na solução de problemas de defesa militar com a sua política creditícia. Com semelhante colaboração a empresa resguardou, simultaneamente, o monopólio do seu comércio nas terras

² Segundo Charupá (2012) trata-se das antigas missões jesuíticas de Chiquitos: San Javier, Concepción, San Miguel, San Ignacio, Santa Ana, San Rafael, San José, San Juan, Santiago, San Corazón. Informações apresentadas no *Cuadro 17. Catálogo general de toda la gente que componen los diez pueblos de las misiones de Chiquitos numerada este año de 1768. Apógrafos em AGI Charcas 515 y ANB GRM MyCh t. 24 nº 1.*

³ AHU. Capitania de Mato Grosso. Biblioteca Nacional Digital/RJ. MAPA geral do estado da povoação os distritos de Vila Bela e Cuiabá no fim do ano de 1769 a 1771. Caixa 16 Documento 971.

⁴ AHU. Projeto Resgate, Mato Grosso, caixa 16, documento 1009, CD 04. Catálogo das Missões de Chiquitos e de Mojos (População), 1767.

e águas incluídas na cedência do tráfico colonial (DIAS, 1970, p. 49).

Esperava-se também que através desta empresa, pudesse introduzir escravos africanos nas capitanias do Estado do Grão-Pará e Maranhão e na capitania de Mato Grosso, como constava nas Instruções de 1772:

Militando pois sobre ditas regras necessariamente nos Negros que da África se transportam para o Mato Grosso; e por serem os trabalhadores indispensavelmente necessários para abrirem os Tesouros das Minas, e para cultivarem, e multiplicarem as terras, e os frutos delas com a necessária abundância: já se vê, que quanto mais barato chegarem à capital Vila Bela tanto maiores serão as vantagens, e os interesses, que se cumulem ao estado, e à Companhia do Pará.⁵

Na prática, havia dificuldades na execução deste tipo de comércio. Podemos apontar que entre 1769-1772, foram levados para a capitania de Mato Grosso apenas 17.111 africanos; deste total, foram comercializados pela companhia do Grão-Pará e Maranhão, 465. Outra parte, composta por 1.246 escravos africanos, chegaram até a capitania através da rota do litoral do Rio de Janeiro e da Bahia, atingindo a Vila Real do Cuiabá. Vila Bela da Santíssima Trindade, a capital, tinha recebido naquele período apenas 809 cativos africanos, que entraram via os rios Madeira- Mamoré e Guaporé.⁶ Mas existiam outros fatores que interferiram no tráfico de africanos para o Estado do Grão-Pará e Maranhão e a capitania de Mato Grosso.

Mesmo com a concorrência acirrada que era estabelecida por outras nações estrangeiras como a França e a Inglaterra, interessadas em se assenhorar dos portos africanos (CÁRRERA, 1988, p. 276-277), a companhia de comércio do Grão-Pará conseguiu levar até a capitania de Mato Grosso um conjunto de mercadorias que pudessem ali ser comercializadas, obtendo consideráveis lucros.

Os comerciantes de *grosso trato*, oriundos das capitanias litorâneas do Rio de Janeiro e da Bahia continuavam a operar na capitania de Mato Grosso, superando a companhia do Grão-Pará e Maranhão que tinha sido criada para atender a uma antiga demanda dos governadores e da classe senhorial proprietária. Mas até que ponto a companhia de comércio do Grão-Pará e Maranhão conseguiu custear um aparato militar capaz de garantir a defesa e o controle político-territorial da capitania de Mato Grosso?

As fortificações Nossa Senhora da Conceição, batizada em 1769, como Forte Bragança, tinha estrutura bastante frágil. O Real Forte Príncipe da Beira que teve a sua edificação iniciada em 1774, até o fim do século XVIII, boa parte de suas edificações não tinham sido concluídas. O Forte Coimbra, que se situava na parte sul da capitania de Mato Grosso, teve a sua construção iniciada em 1775 na margem direita do Rio Paraguai. Esta fortificação também tinha uma estrutura tão precária como o do antigo Forte Bragança.

⁵ AHU_ACL_CU. Instrução Secretíssima. Op. cit.

⁶ AHU. Mato Grosso, caixa 17, documento 1054, CD. 04. Mapa Geral dos escravos que entraram na capitania de Mato Grosso, desde o descobrimento das minas até o fim de 1772.

Além desses fatores, a deserção de militares era frequente, o que gerava problemas para os governadores da capitania de Mato Grosso. Parte do soldo pago aos militares era feito pela companhia de comércio do Grão-Pará. O atraso era constante, o que provocava deserções e atos de insubordinações. As populações intra e extra-muros que viviam entorno do Forte Bragança, nos destacamentos militares e povoações indígenas situados na fronteira oeste da América Portuguesa, certamente, não seriam suficientes para dar combate as tropas espanholas, no caso de invasão da capitania de Mato Grosso. Um ponto ainda a ser considerado era a grande dificuldade em se obter trabalhadores escravos, artesões e materiais adequados para se construir fortificações na capitania de Mato Grosso. Igualmente importante também considerar que não eram poucas as reclamações dos comandantes das fortificações de Nossa Senhora da Conceição (mais tarde, Bragança), do Real Forte Príncipe da Beira (1776) e do Forte Coimbra (1775) sobre a falta de armamentos e munições, o que, certamente, dificultaria a defesa do território mato-grossense contra forças militares inimigas.

Com as deserções de militares dessas fortificações e destacamentos, era preciso recrutar novos soldados nos arraiais e nas únicas vilas existentes na capitania: a Vila Real do Bom Jesus do Cuiabá (1727) e a Vila Bela da Santíssima Trindade (1752). Também não eram poucas as reclamações dos construtores dessas fortificações, como foi o caso do ajudante de engenharia Domingos Sambucetti, que trabalhou nas obras do Real Príncipe da Beira, ao relatar ao governador Luís de Albuquerque sobre o reduzido número de escravos africanos, que eram considerados insuficientes para erguerem as fortificações na fronteira oeste da América portuguesa (CHAVES, 2012). Faltava cal, pedras, e até ferramentas para a construção desses empreendimentos. O atraso nos reparos do Forte Bragança e a demorada edificação do Real Forte Príncipe da Beira, construídos na margem direita do Rio Guaporé, de certa forma, dependiam dos recursos dessa companhia (Figura 03). É preciso relativizar a ideia de que a companhia de comércio do Grão-Pará conseguiu resolver integralmente a questão da defesa e a incorporação dessas regiões de fronteiras ao patrimônio político-territorial do império português. Não estamos aqui desconsiderando os investimentos feitos por esta companhia nessas regiões, como bem demonstram os estudos de Manuel Nunes Dias e António Carrera. Quando havia murmurações na capitania de Mato Grosso sobre uma possível investida de tropas espanholas e de indígenas das antigas missões de Mojos e Chiquitos, os governadores buscavam pedir auxílio aos governadores do Grão-Pará e de Goiás. Essa prática poderia provocar mais despesas para a Provedoria da Fazenda, a qual deveria arcar com parte da manutenção dessas tropas no território colonial mato-grossense. Devido às longas distâncias que havia entre essas capitânicas, duravam meses para que as tropas de militares chegassem até o Vale do Guaporé, no Distrito de Mato Grosso.

Certamente que essas fortificações foram importantes para o controle da navegação e comércio entre a capitania de Mato Grosso e a capitania do Pará, como também para o acompanhamento da movimentação de indígenas considerados hostis, que atormentavam os sítios e arraiais estabelecidos na capitania de Mato Grosso. Mas no caso de um confronto direto com as forças militares espanholas, a situação se agravaria. Essas fortificações também foram responsáveis pelas investidas contra quilombos e na captura de escravos

fugitivos que fugiam para os domínios espanhóis (FERNANDES, 2003; RODRIGUES, 2015). Serviram como entrepostos comerciais seja dando apoio ao comércio regular (interno), como o de contrabando com as antigas missões jesuíticas de Mojos e Chiquitos.

Sobre a condução do contrabando secreto, essas fortificações ocupavam posições estratégicas. A companhia de comércio do Grão-Pará e Maranhão era o principal agente financiador das operações de contrabando. Desde a realização de rodadas de reuniões em Lisboa, organizadas pelo Marquês de Pombal, com o envolvimento de deputados (acionistas dirigentes) desta companhia; as operações de contrabando com os domínios espanhóis foram colocadas em prática nas capitanias fronteiriças do Grão-Pará, São José do Rio Negro e Mato Grosso. Governadores dessas capitanias foram articuladores/executores dessas ações. Comerciantes também compunham essa teia. Militares dessas fortificações também foram recrutados para o cumprimento de diversas missões, inclusive a de contrabando com os agentes espanhóis envolvidos nessas transações, como foi com os curas que substituíram os jesuítas após 1767. Indígenas também desempenhavam tarefas bem específicas nesse *secretíssimo* negócio. Com isso, podemos afirmar que o Plano Secreto organizado no reinado de D. José I tinha dimensões estruturais não se tratava do contrabando praticado por somente alguns agentes que viviam em uma capitania periférica do território da América portuguesa, mas, pode-se afirmar que havia um plano organizado e colocado em prática pela Monarquia portuguesa, que visava estender seu campo de atuação política e econômica para um dilatado espaço de fronteiras, entre os domínios coloniais de Portugal e da Espanha na América do Sul. Perceber como esses agentes sociais operavam é importante, como também quais foram às mercadorias negociadas entre os contrabandistas. Mas esse é assunto para outra oportunidade.

Fontes

AHU_ACL_CU - Códice 596, páginas 1-22. Biblioteca Nacional Digital/RJ. *Instrução Secretíssima, com que Sua Majestade manda passar à Capital de Belém do Grão-Pará o Governador e Capitão General João Pereira Caldas. 02 de Setembro de 1772* [Registro de cartas régias, regimentos, ordens e ofícios expedidos aos governadores e mais autoridades do Grão Pará e Maranhão e de Mato Grosso. 1772-1790].

AHU. Projeto Resgate - Pará (1616=1833). Documento 3643(1), p. 28-66. Biblioteca Nacional Digital/RJ. Instituição da Companhia Geral do Grão Pará, e Maranhão.

AHU. Projeto Resgate. Mato Grosso, caixa 17, documento 1054, CD. 04. Mapa Geral dos escravos que entraram na capitania de Mato Grosso, desde o descobrimento das minas até o fim de 1772.

AHU. Capitania de Mato Grosso. Biblioteca Nacional Digital/RJ. MAPA geral do estado da povoação os distritos de Vila Bela e Cuiabá no fim do ano de 1769 a 1771. Caixa 16

Documento 971.

AHU. Projeto Resgate, Mato Grosso, caixa 16, documento 1009, CD 04. Catálogo das Missões de Chiquitos e de Mojos (População), 1767.

Referências Bibliográficas

ANZAI, Leny Caselli. Missões de Chiquitos e Moxos e a capitania de Mato Grosso. In: **Revista Lusófona de Ciência das Religiões** – Ano VII, 2008 / n. 13/14 – p. 253-262.

ARAUJO, Renata. Os mapas do Mato Grosso: o território como projeto. In: Universidade de São Paulo. **3º Simpósio Iberoamericano de História da Cartografia**. Agendas para a História da Cartografia Iberoamericana, São Paulo, abril de 2010.

ARMITAGE, David. La primera Crisis Atlántica: la Revolución americana. 20/10: In: **El Mundo Atlántico y la Modernidad Iberoamericana, 1750-1850**, 2012, p. 1-12.

BASTOS, Carlos Augusto. Às Vésperas das Demarcações: Expectativas Luso-Espanholas para as Fronteiras Imperiais no Vale Amazônico (1777-1780). In: **Fronteira & Debates**. Macapá, V. 1, N. 1, 2014.

BASTOS, Uacury de Assis. **Os Jesuítas e seus Sucessores (Moxos e Chiquitos – 1767-1830)**. Coleção da Revista História sob a direção do Prof. Eurípedes Simões de Paula. São Paulo, SP, 1974.

BLOCK, David. **La Cultura Reduccional de los Llanos de Mojos**. Traducción de Joseph M. Barnadas, Sucre, Historia Boliviana, 1997.

BRADING, D. A. A Espanha dos Bourbons e seu Império Americano. In: **História da América Latina: A América Latina Colonial**. Leslie Bethell (Organização). Tradução Mary Amazonas Leite de Barros e Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 1999.

BRITO, Adilson J. I. “Correrias” luso-americanas no País das Amazonas: Projetos reformistas e conexões transfronteiriças (1772-1777). In: **Anais do XXVII Simpósio Nacional de História**. 27 a 31 de Julho de 2015. Florianópolis, SC, p. 16.

BUSCHIAZZO, Marcelo Díaz. Ataque de la flota combinada anglo portuguesa a la Colonia del Sacramento. El hundimiento del navío Lord Clive, 1763 In: **Hombres, Poder Y Conflicto**. Estudios sobre la frontera colonial sudamericana y su crisis. Emir Reitano Paulo

Possamai (coordenadores.). FAHCE – Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, Universidad de la Plata, 2015, p. 184.

CÁRRERA, António. **A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão: o comércio monopolista Portugal-África-Brasil na segunda metade do século XVIII.** São Paulo: Editora Nacional, 1988.

CARVALHO, Francismar Alex Lopes. Rivalidade imperial e comércio fronteiriço: aspectos do contrabando entre as missões espanholas de Mojos e Chiquitos e a capitania portuguesa de Mato Grosso (c. 1767-1800). In: **Antíteses.** V. 4, n. 8, p. 595-630, jul./dez. 2011.

CASTILHO PEREIRA, Ione Aparecida Martins. **Missão Jesuítica Colonial na Amazônia Meridional: Santa Rosa de Mojo Uma Missão num Espaço de Fronteira (1743-1769).** Porto Alegre, 2008. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

CHARUPÁ, Roberto Tomichá, **La primera evangelización em las reducciones de Chiquitos, Bolivia (1691-1767).** Cochabamba, Bolivia, Editora Vervo Divino; Universidad Católica Boliviana; Ordo Fratrum Minorum Conv., 2002.

CHARUPÁ, Roberto Tomichá. Población Indígena y Diversidad Cultural em Chiquitos (Siglo XVIII). Algunas Consideraciones. In: **Las Tierras bajas de Bolivia: miradas históricas y antropológicas.** Diego Villar e Isabel Combès (compiladores). Colección Ciencias Sociales de El País n. 297. Santa Cruz de la Sierra: El País, 2012.

CHAVES, Otávio Ribeiro. Militarização e Povoamento da Capitania de Mato Grosso. In: **Revista Eletrônica 7: Documento e Monumento.** Universidade Federal de Mato Grosso. Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional - NDIHR. ISSN: 2176-5804 - Vol. 7 - n. 1 - DEZ/2012.

CHAVES, Otávio Ribeiro. América Portuguesa: Do Tratado de Madri ao Tratado de Santo Ildefonso. In: **Revista Territórios & Fronteiras,** Cuiabá, vol. 7, n. 2, jul.-dez., 2014.

COSTA, Maria de Fátima. **História de um país inexistente: o pantanal entre os Séculos XVI e XVIII.** São Paulo: Kosmos: 1999.

DIAS, Manuel Nunes. **A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778).** Volume 02. Belém: Universidade Federal do Pará, 1970.

FRANZEN, Beatriz Vascondes. **Jesuítas portugueses e espanhóis no sul do Brasil e Para-**

guai coloniais. São Leopoldo, RS. Editora Unisinos, 2003.

FERNÁNDEZ, Juan Marchena. Del Tajo al Amazonas y al Plata: las repercusiones atlánticas de las guerras entre las Coronas española. In: **Hombres, Poder Y Conflicto.** Estudios sobre la frontera colonial sudamericana y su crisis. Emir Reitano Paulo Possamai (coordenadores). FAHCE – Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, Universidad de la Plata, 2015, p. 13 e 46.

FERNANDES, Suelme Evangelista. **O Forte do Príncipe da Beira e a Fronteira Noroeste da América Portuguesa (1776-1796).** Cuiabá, MT. 2003. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal de Mato Grosso.

GIL, Tiago. **Infiéis Transgressores.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

KANTOR, Iris. Cartografia e diplomacia: usos geopolíticos da informação toponímica (1750-1850). In: **Anais do Museu Paulista.** São Paulo. N. Sér. v.17. N. 2. p. 39-61 jul.- dez., 2009.

MEIRELES, Denise Maldi. **Guardiães da Fronteira:** Rio Guaporé, Século XVIII. Petrópolis: Vozes, 1989.

MAXWELL, Kenneth. Marquês de Pombal. Paradoxo do Iluminismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

RODRIGUES, Bruno Pinheiro. “**Homens de Ferro, Mulheres de Pedra:** Resistências e Readaptações identitárias de africanos escravizados”. Do hinterland de Benguela aos vales dos rios Paraguai-Guaporé e América espanhola - fugas, quilombos e conspirações urbanas (1720-1809). Cuiabá, 2015. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Mato Grosso.

RODRIGUES, Natália Maria Dorado. A atuação da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão na Capitania de Mato Grosso entre 1755-1778. In: **Anais do XII Encontro Regional de História.** Rio de Janeiro: Arquivo Público do Rio de Janeiro, 2006, p. 04.

SANTOS, Antonio Cesar de Almeida. A Aritmética Política Pombalina e o Povoamento da América Portuguesa na Segunda Metade do Século XVIII. In: **Anais da V Jornada Setecentista.** Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 26 a 28 de Novembro de 2003, p. 83.

SANTOS, Fabiano Vilaça. Uma Vida dedicada ao Real Serviço. In: **Varia Historia.** Belo

Horizonte, Vol. 26, n.. 44, jul./dez. 2010, p. 503.

SANTOS, Fabiano Vilaça. Os governadores do Estado do Grão-Pará e Maranhão: perfis sociais e trajetórias administrativas (1751-1780). In: **Anais da VII Jornada Setecentista**. Curitiba, 2007, p. 502-503.

SUÁREZ, José Chávez. **História de Moxos**. República boliviana Mojos. 3ª Edición. Santa Cruz de la Sierra. Fundación Nova, s/d.